COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO PNPG
RELATÓRIO FINAL 2016/2017

ANDIFES

Brasília, 30 de Maio de 2017

Jorge Audy
Presidente Comissão PNPG
audy@pucrs.br

Membros da Comissão

Jorge Luís Nicolas Audy - PUCRS (Presidente)
Emídio Cantídio de Oliveira Filho - UFRPE
Euclides de Mesquita Meto - UNICAMP
Helena Bonciani Nader - SBPC-UNIFESP
Isac Almeida de Medeiros - FOPROP-UFPB
José Fernandes de Lima - CNE-UFS
Lívio Amaral - UFRGS
Luiz Roberto Liza Curi - CNE
Marco Antonio Raupp - PQTEC/SJC-SP
Tamara Naiz da Silva - ANPG
Manoel Santana Cardoso - CAPES
Maria de Amorim Coury - CAPES - Secretária Executiva da Comissão

Estrutura desta apresentação

1. **Produto**
2. **Organização das Atividades da Comissão**
3. **Estrutura do Relatório**
4. **Metodologia de trabalho da Comissão**
5. **Indicadores selecionados e projeções**
6. **Recomendações**
7. **Próximas ações**

Objetivos do documento

Traçar um cenário da Pós-Graduação brasileira após os primeiros cinco anos de vigência do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 e, com base no que foi realizado até o ano de 2015, apresentar as projeções e recomendações para o quinquênio 2016-2020.

Organização das Atividades

Nesta etapa, foram realizadas reuniões presenciais e virtuais, pelo pleno da Comissão e em grupo de dois, por capítulo do PNPG. Os trabalhos foram desenvolvidos entre outubro de 2016 e fevereiro de 2017, incluindo reuniões presenciais em Brasília e a participação da Comissão na Reunião do ENPROP, em Manaus, em novembro de 2016.

Estrutura do Relatório (capítulos e responsáveis)

4 - Manoel: **Projeções de crescimento e indicadores**
5 - Lívio e Audy: **Avaliação da Pós-Graduação**
6 - Curi e Elso: **A importância da Inter(multi)disciplinaridade na P-G**
7 - Emídio e Isac: **Assimetrias na Pós-Graduação**
8 - Lima e Emídio: Pós-Graduação e **Educação Básica**
9 - Elso e Lima: **RH para empresas: o papel da PG**
10 - Euclides e Tamara: **RH e Programas Nacionais**
11 - Audy e Lívio: **Internacionalização da PG**
12 - Isac, Tamara e Euclides: **Financiamento da PG**
13 - Helena e Manoel: **Indução: Um novo papel para as agências.**

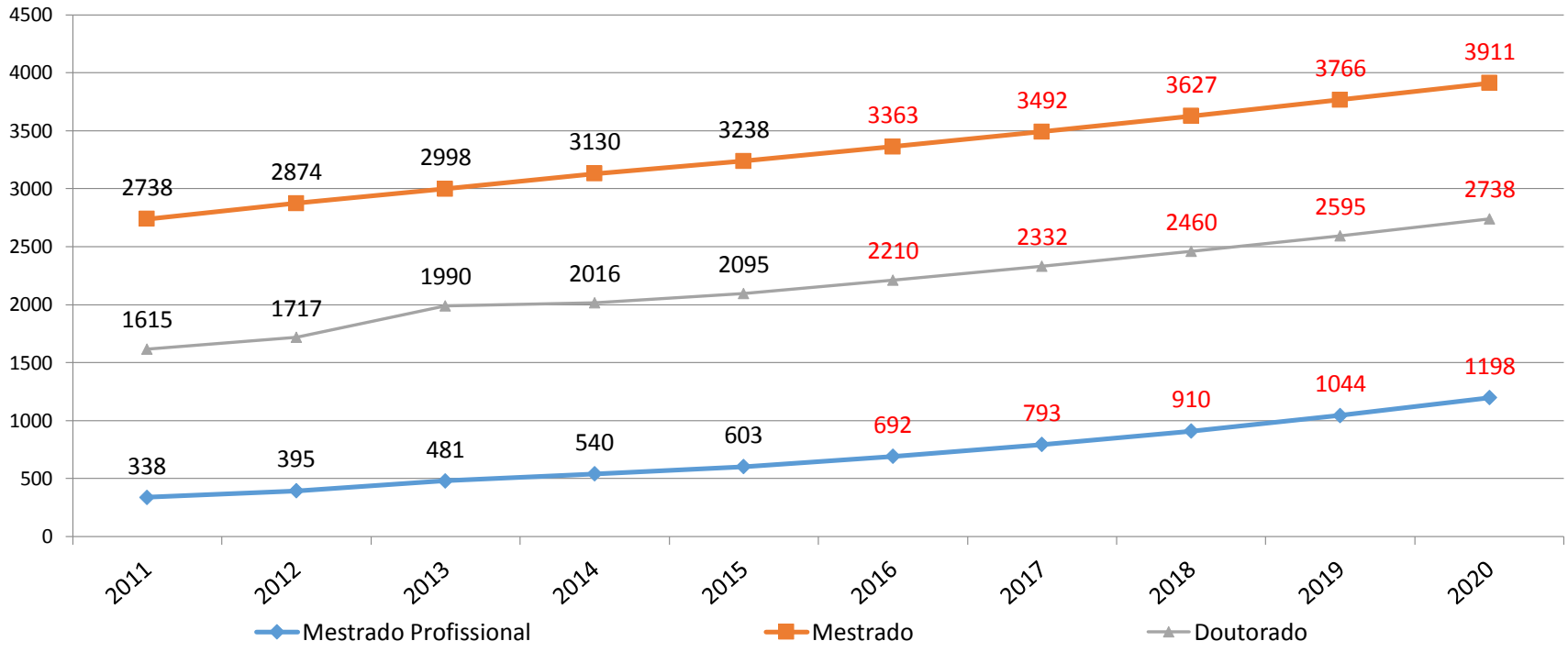
Metodologia

Os capítulos do PNPG 2011-2020 foram analisados inicialmente pelo grupo responsável, seguindo-se discussões e alinhamentos pelo pleno da Comissão, após o que, gerou-se o relatório final. Os trabalhos foram concluídos no início de março, passando pela redação final e revisão por todos os membros da Comissão (pleno).

Indicadores selecionados (evolução e projeção)

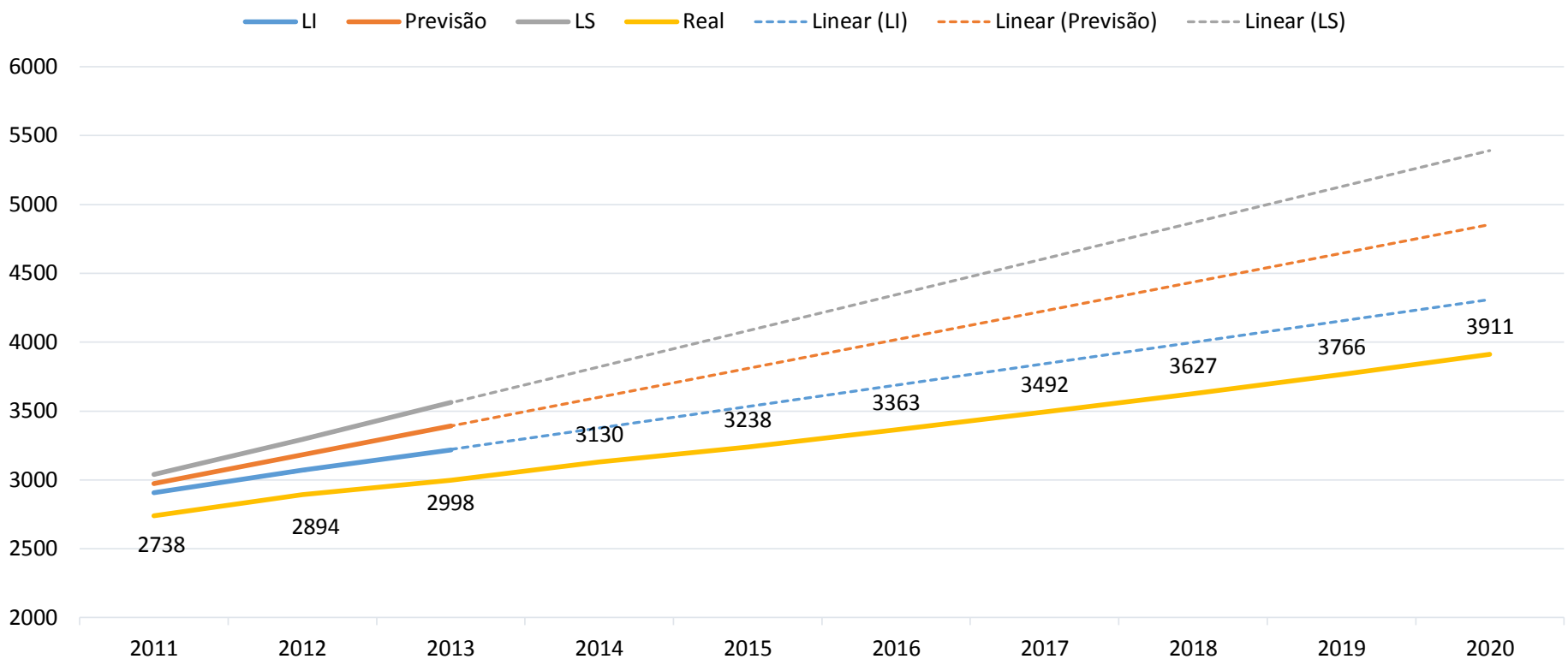
- ✓SNPG
- ✓Orçamento da Capes
- ✓Cursos de Mestrado
- ✓Cursos de Doutorado
- ✓Cursos de Mestrado Profissional
- ✓Alunos de mestrado: matriculados e titulados
- ✓Alunos de doutorado: matriculados e titulados
- ✓Alunos de mestrado profissional: matriculados e titulados
- ✓Bolsas concedidas: mestrado, doutorado e pós-doutorado (país e exterior)

Evolução do SNPG 2011-2020*
(*2016 – 2020 projeções)

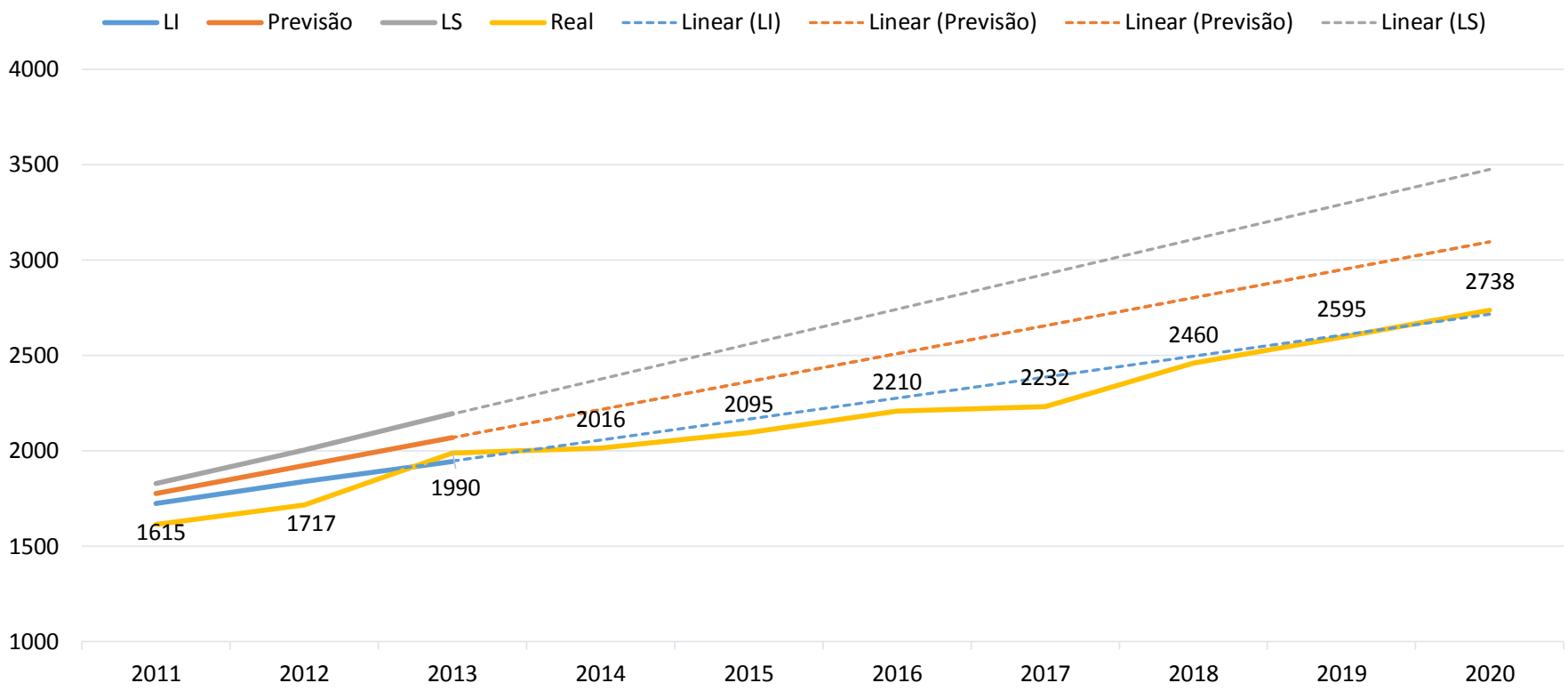


Fonte: PNPG 2011-2020 (até 2011); Geocapes (2011 a 2015); As projeções feitas levaram em consideração as seguintes taxas constantes: MP 1,1471; ME, 1,0384979; DO 1,0550098.

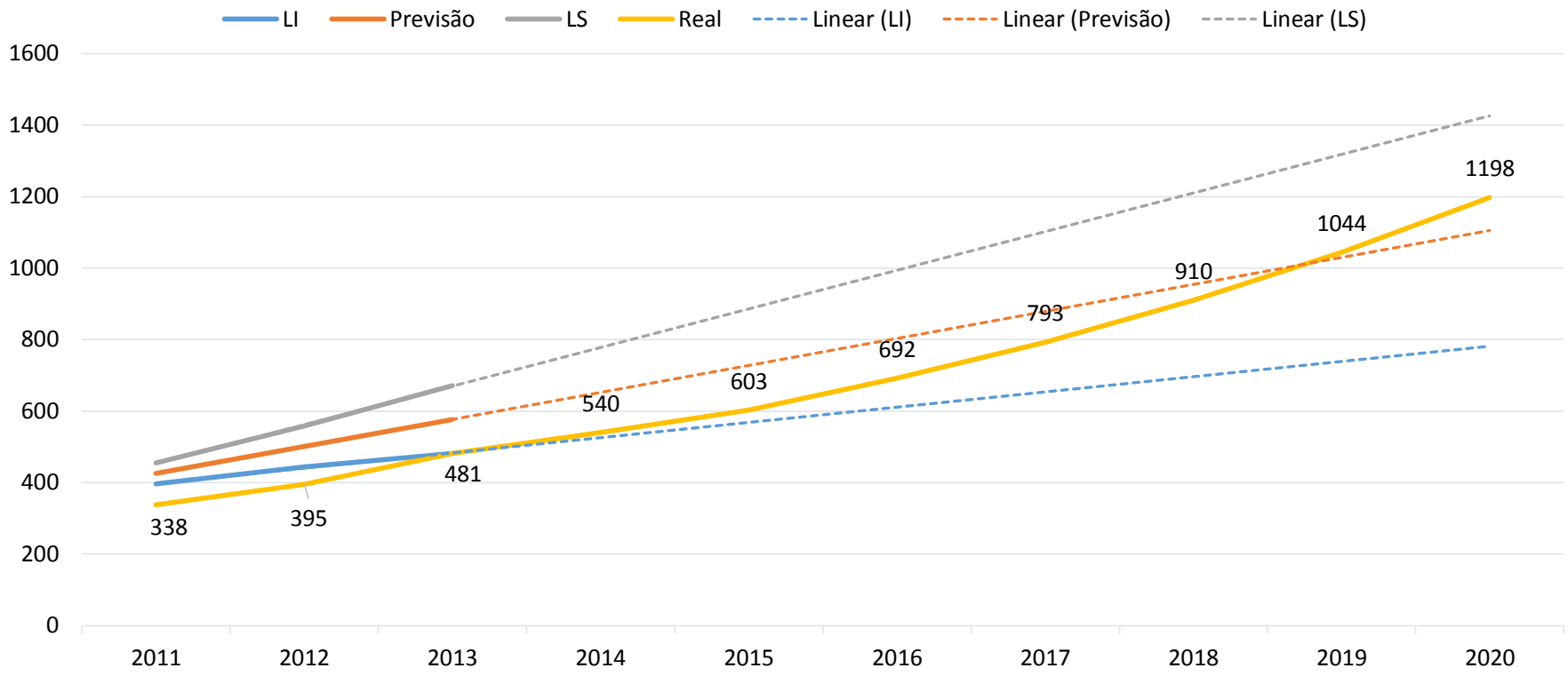
Cursos de ME: previsto, realizado e projeção 2016-2020



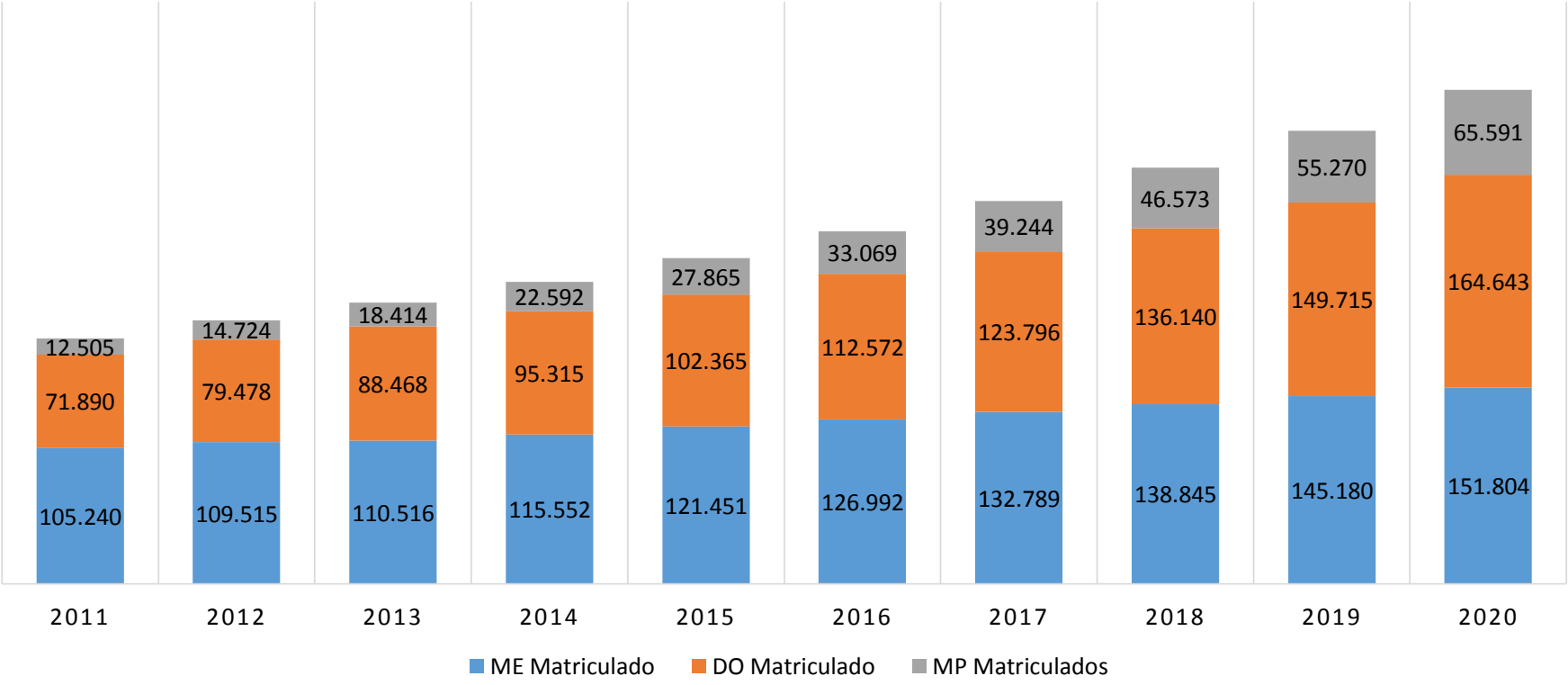
Cursos de DO: previsto, realizado e projeção 2016-2020



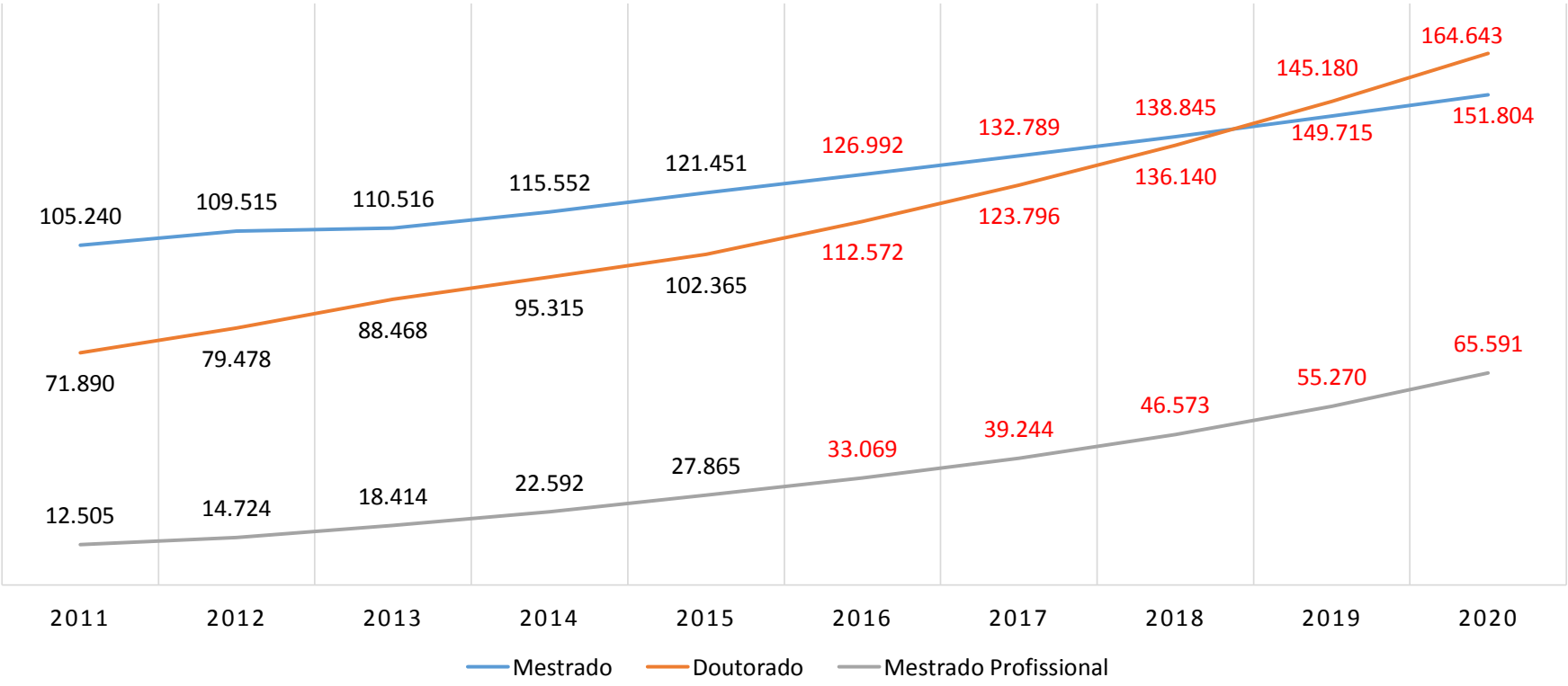
Cursos de MP: previsto, realizado e projeção 2016-2020



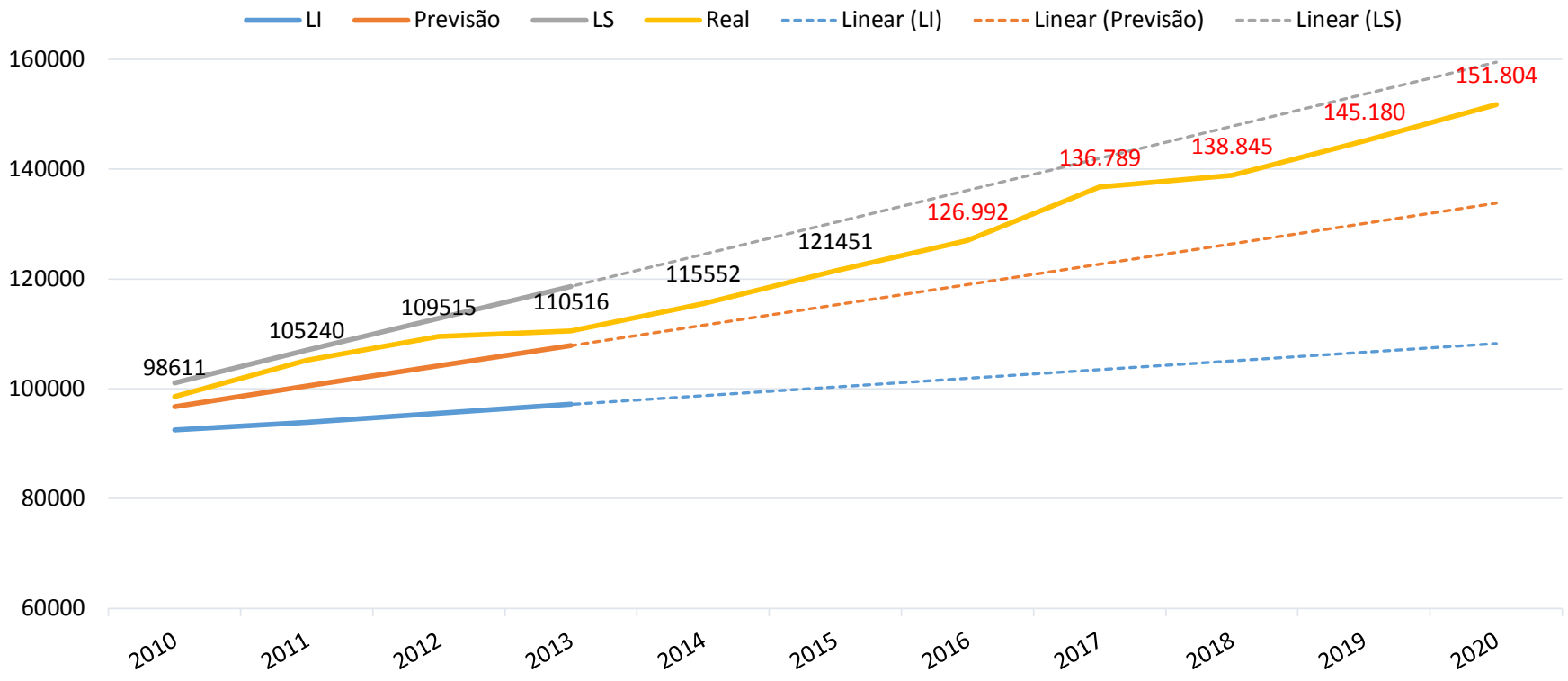
Alunos matriculados na PG 2011-2020*
(*2016-2020 projeção)



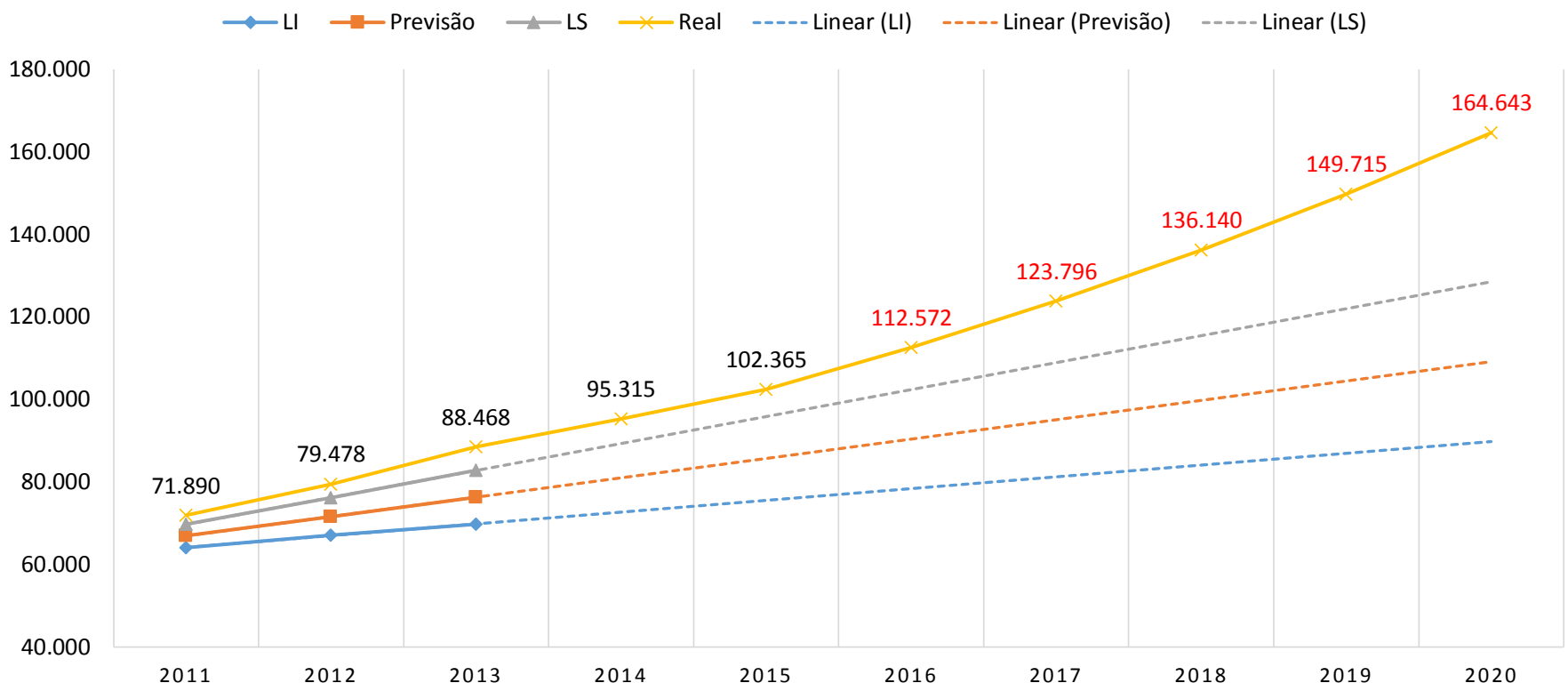
Alunos matriculados na PG 2011-2020*
(*2016-2020 projeção)



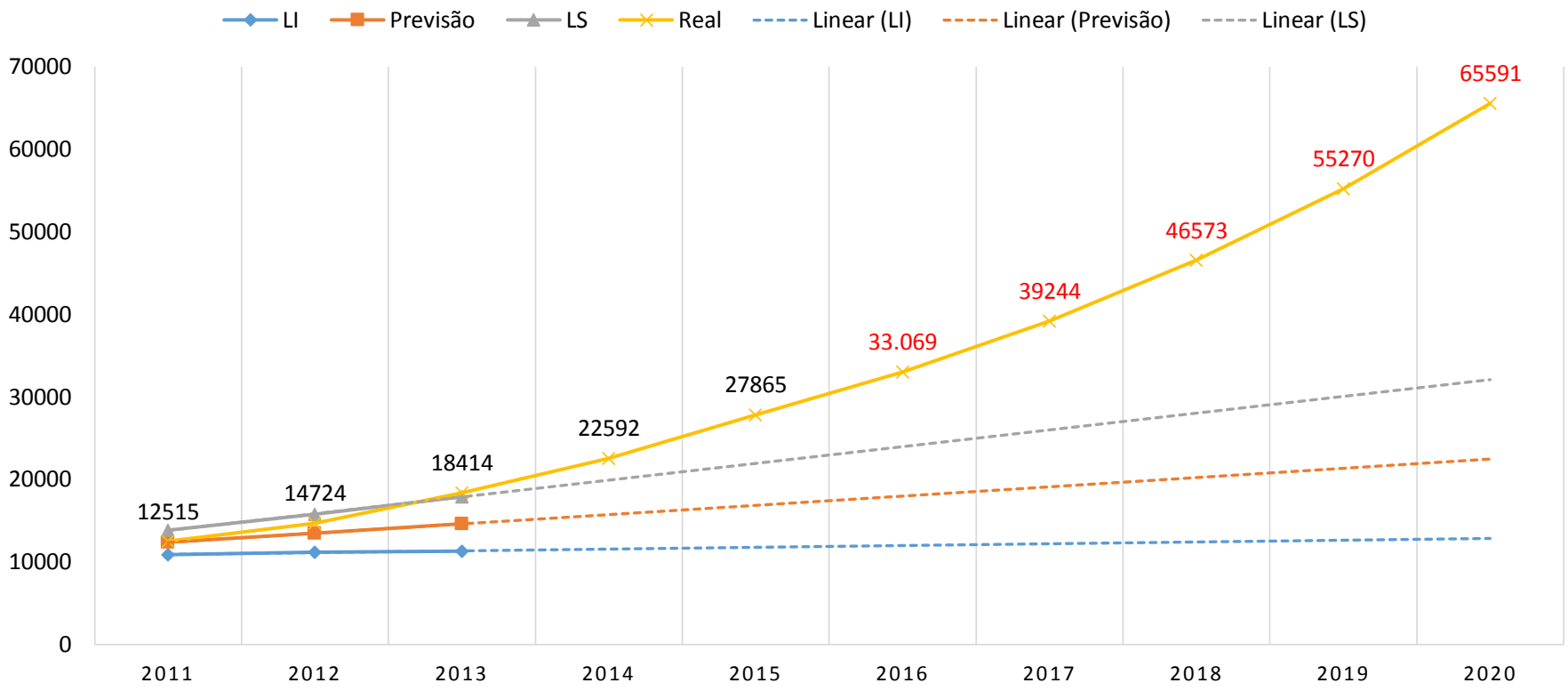
Alunos matriculados ME, previsto, realizado e projeção 2016-2020



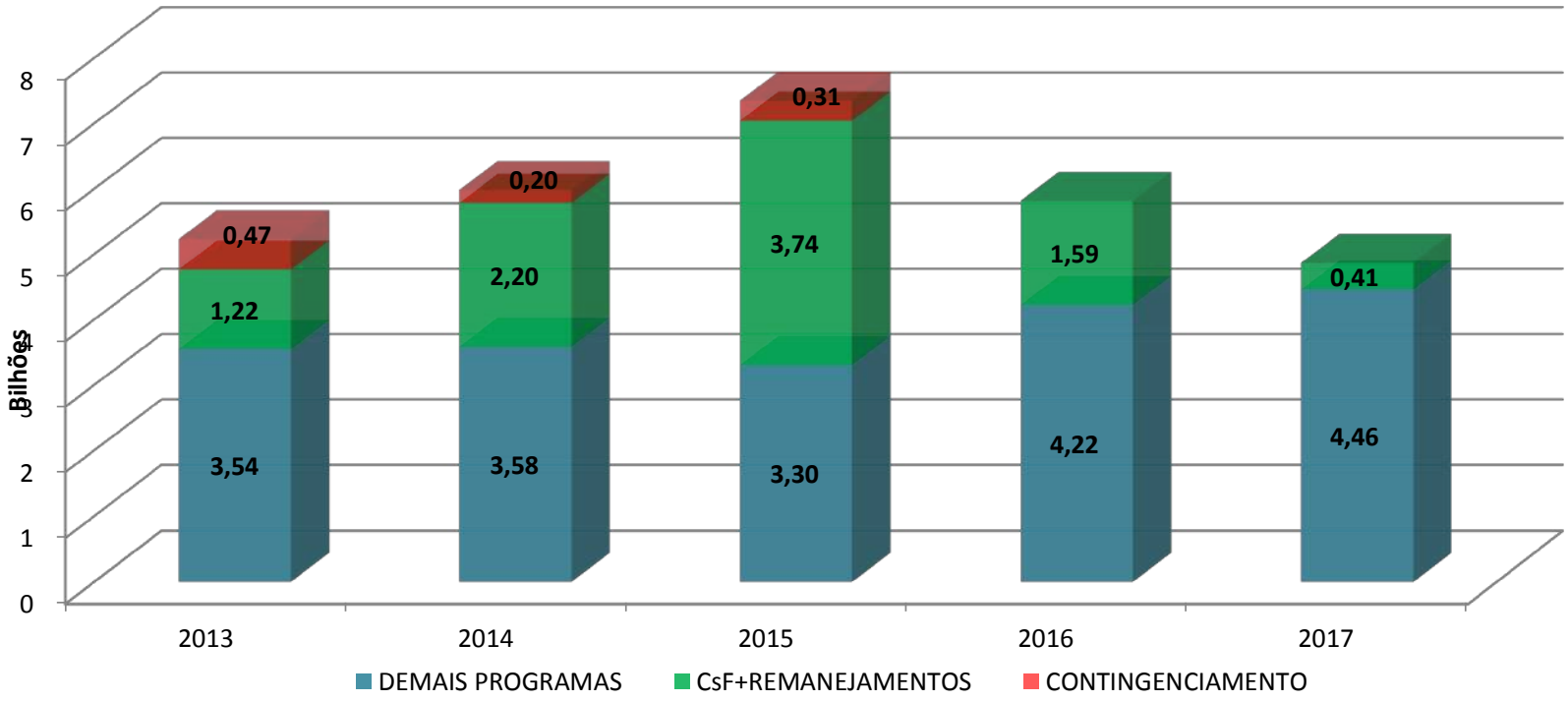
Alunos matriculados DO, previsto, realizado e projeção 2016-2020



Alunos matriculados MP, previsto, realizado e projeção 2016-2020

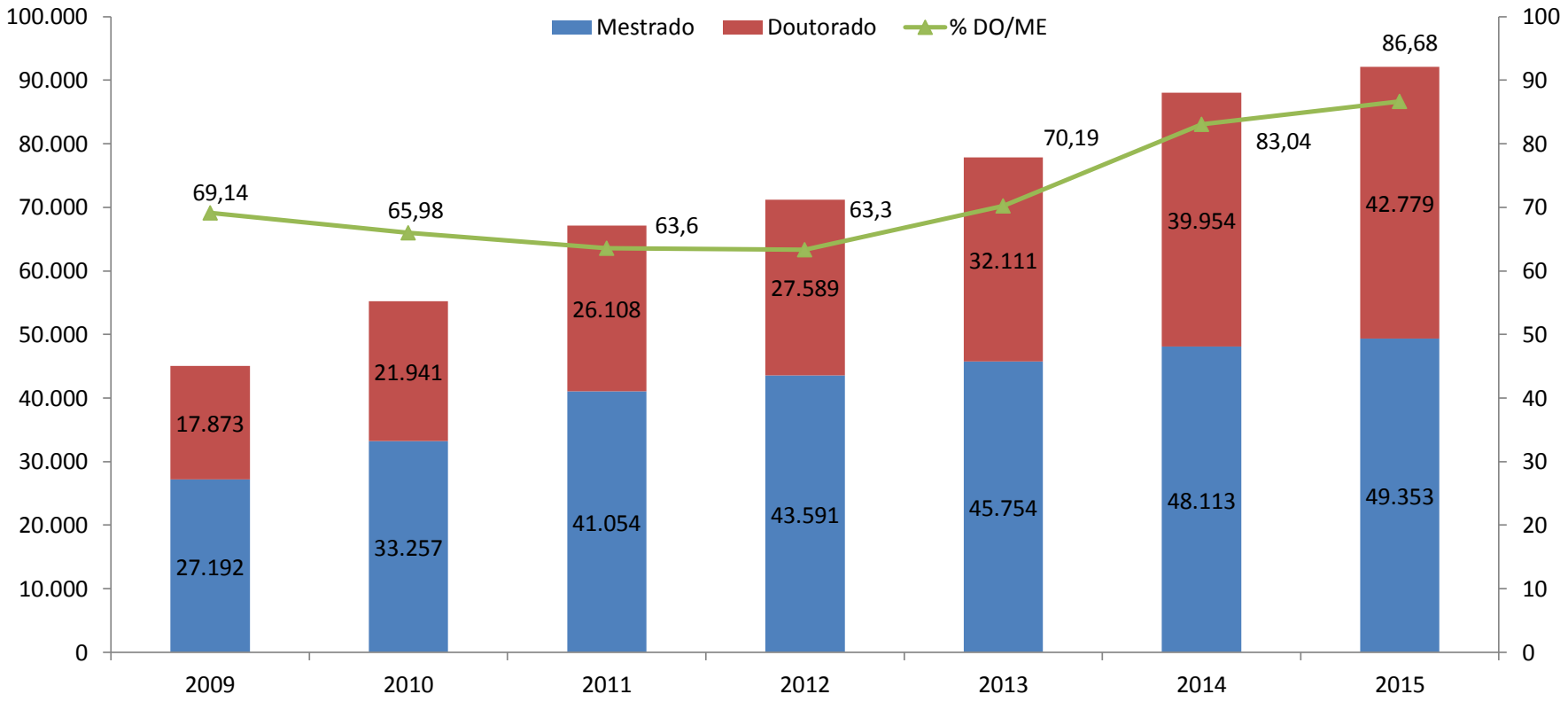


Orçamento da Capes, 2013 a 2016 (em bilhões de reais)

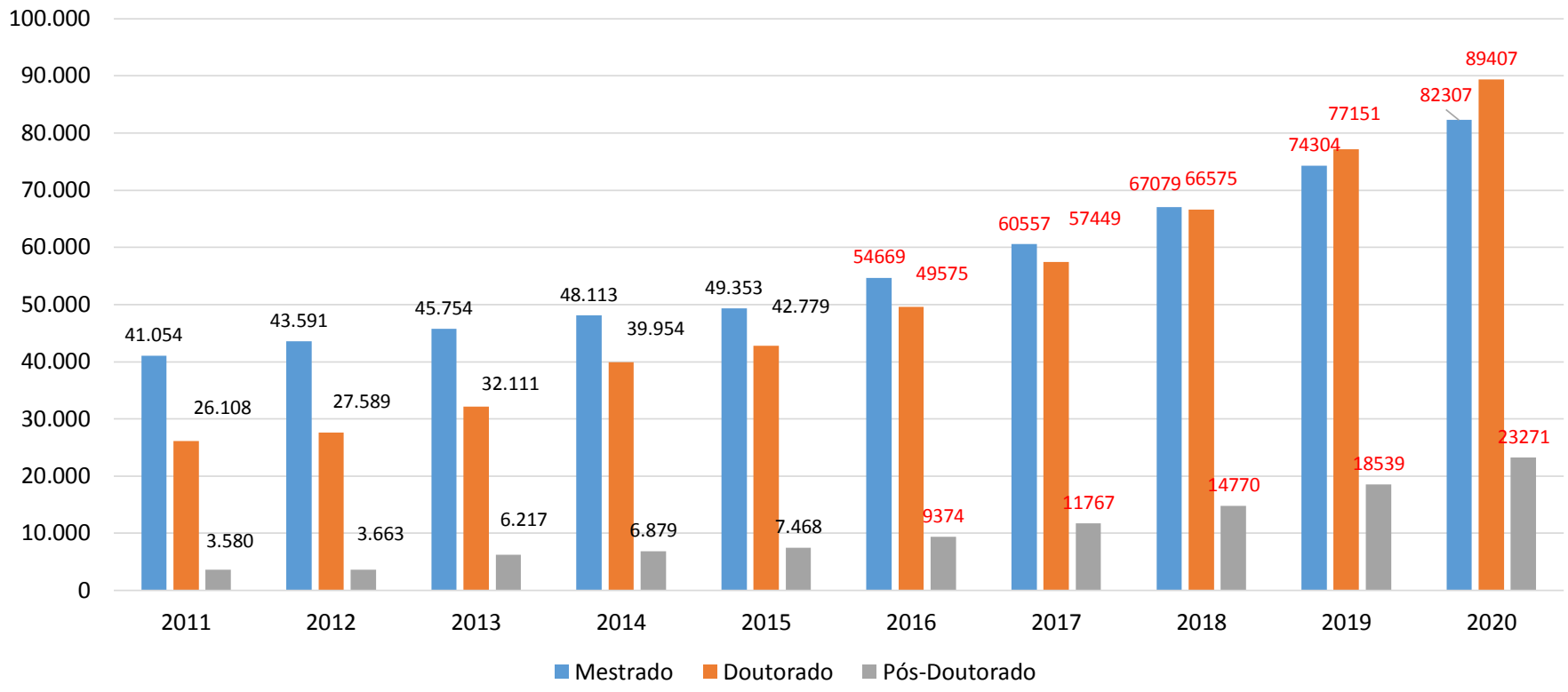


Fonte: Capes/MEC; Para 2016, estimativa (Fonte DPB/Capes)

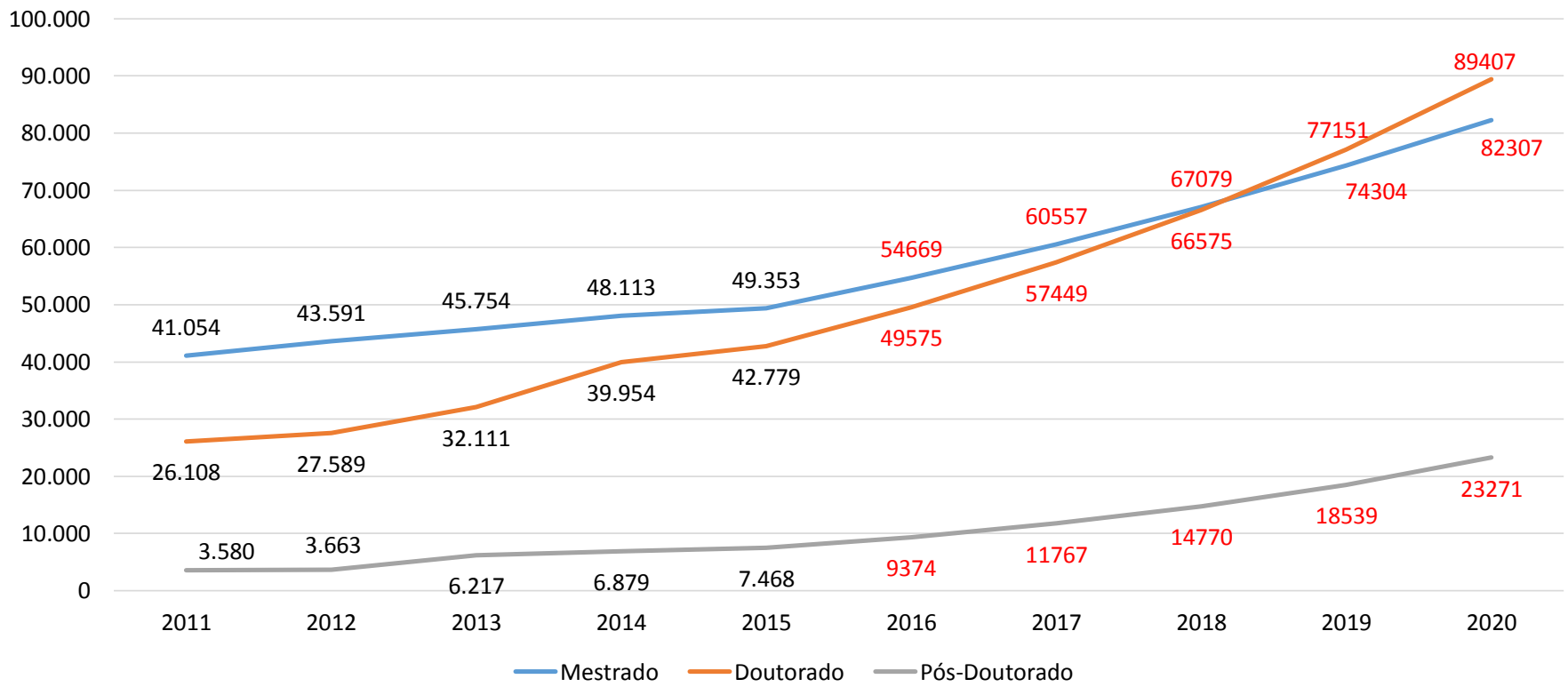
Bolsas de Mestrado e Doutorado, 2009-2015



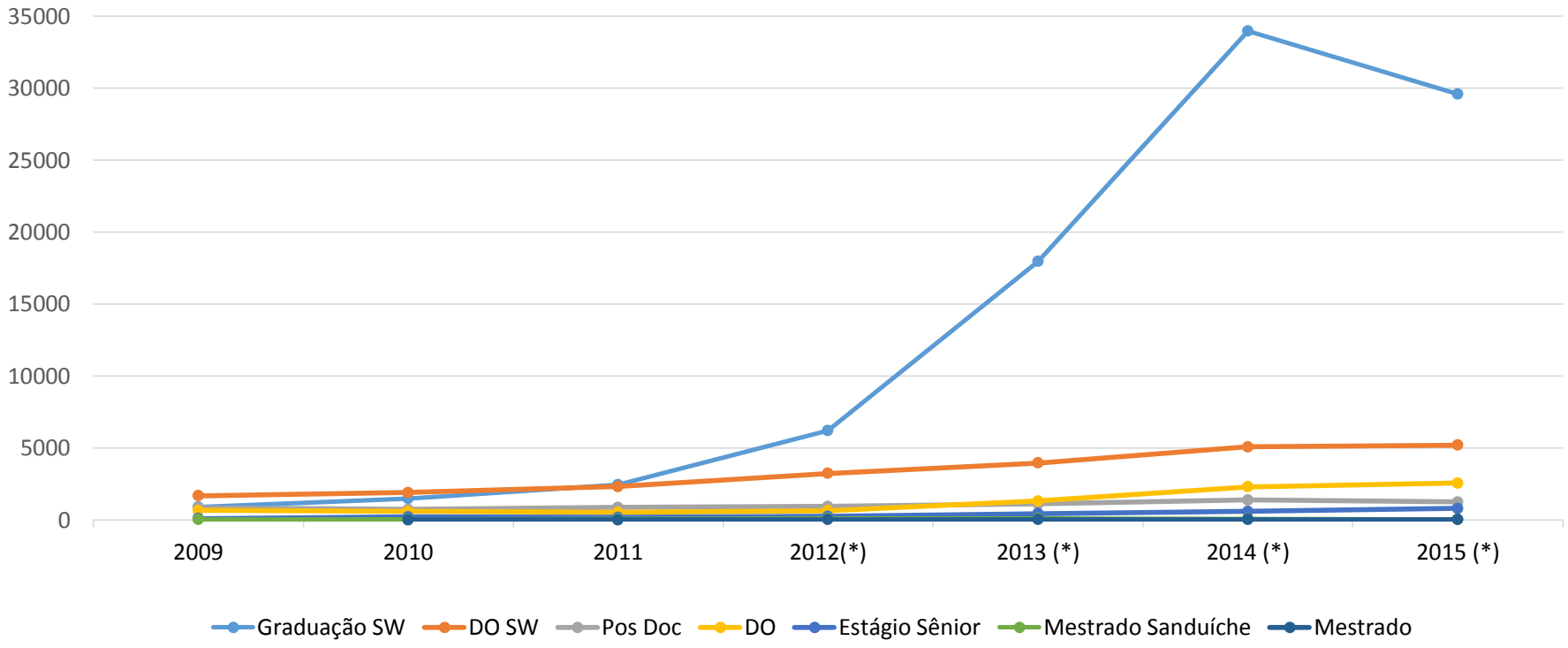
Bolsas Pós-Graduação, 2011-2020*
(projeções para o período 2016/2020)



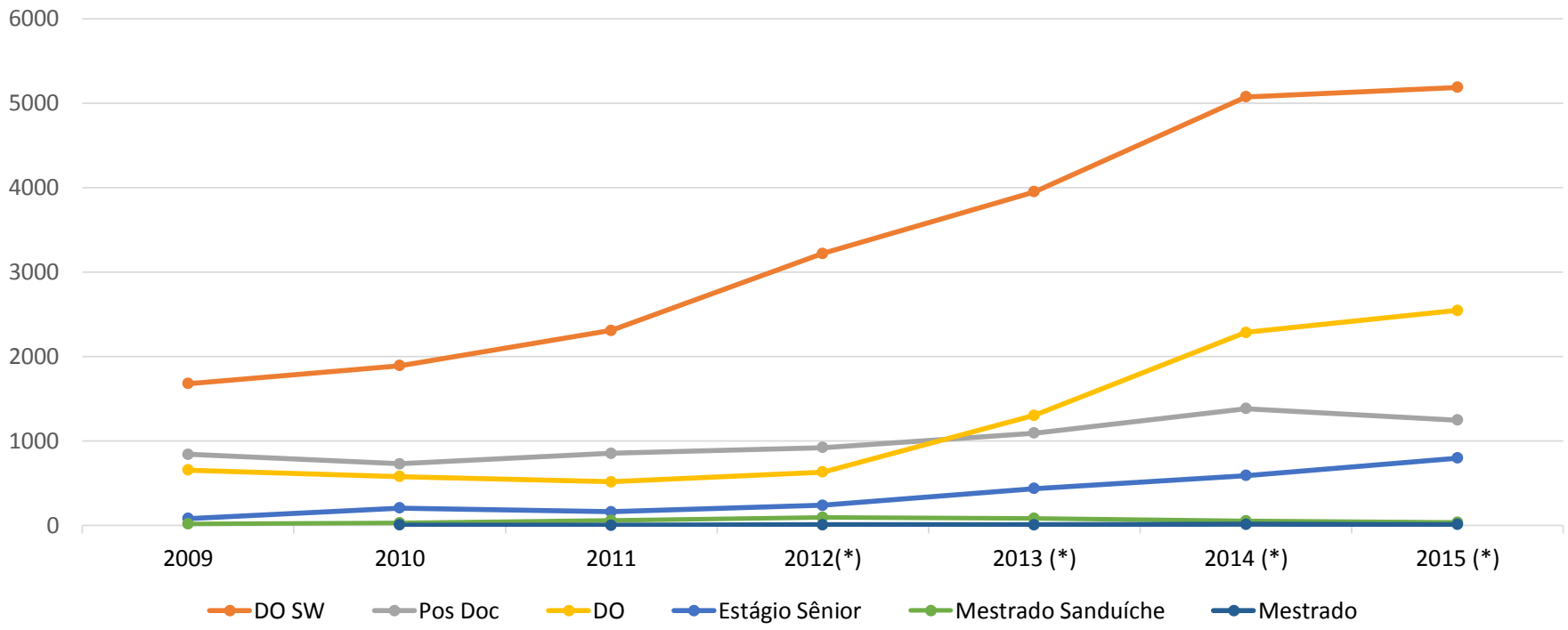
Bolsas Pós-Graduação, 2011-2020*
(projeções para o período 2016/2020)



Evolução de bolsas na área internacional, 2009 - 2015



Evolução das bolsas na área internacional 2009 – 2015
(sem a graduação/CsF)



Recomendações - Geral

As projeções referentes ao número de cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado, observadas à luz do crescimento constante no número de alunos matriculados e titulados nestas três modalidades, sinalizam quanto à importância da CAPES estar atenta para planejar a expansão do SNPG de forma a dar conta das necessidades estratégicas para o desenvolvimento do país.

É importante a ocorrência de uma maior expansão por parte dos cursos de doutorado, em relação aos cursos de mestrado, bem como o franco avanço dos cursos de mestrado profissional.

Por fim, é preciso considerar a expansão da formação de recursos humanos altamente qualificados no Brasil, à luz do perfil demográfico da população brasileira. Esta tarefa demanda estudos mais aprofundados, de grande importância para o futuro do país e que devem ser feitos em associações com outras agências.

Recomendações - Avaliação

Desenvolver nova reflexão sobre a diferenciação dos períodos avaliativos (intervalo de tempo entre as avaliações) para os Programas com conceitos 6 e 7 e os demais. Existem fatores que podem gerar uma complexidade indesejada se for implementada a diferenciação tal qual sido recomendada (recomendação 1 do PNPG neste tópico).

Analisar a oportunidade de uma reflexão com os principais atores do SNPG sobre o modelo avaliativo atual, considerando os principais modelos internacionais de avaliação da Pós-Graduação, tendo como objetivo a busca pela excelência em padrões internacionais como objetivo. Esta reflexão deve necessariamente envolver as Universidades como protagonistas.

+ 19

Recomendações – Inter (Multi)

O item em questão envolve grande complexidade. Uma questão central da crítica é o não reconhecimento da inter (ou multi ou transdisciplinaridade) como fator inerente a todas as áreas ou mesmo como um indicador de qualidade de avaliação ao conjunto das áreas. A partir daí, poder-se-ia construir um planejamento institucional capaz de estimular, pela avaliação, as universidades a criarem políticas que superassem a ortodoxia departamental, com ou sem departamento.

Recomendações – Assimetrias

Sugere-se repensar o Capítulo 7 do PNPG no desenrolar da sua segunda metade de vigência (2011-2020), de forma a contemplar metas claras que busquem a melhoria da qualidade dos PPGs das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, bem como em mesoregiões identificadas.

Propõe-se que programas de indução sejam implementados de forma estratégica para a consolidação e o crescimento da qualidade das regiões acima mencionadas, a exemplos dos programas: Pró-equipamentos, Dinter, Procad e outros com a mesma finalidade.

Recomendações – EB

Providenciar mecanismos de avaliação dos programas e ações indutoras da DEB nos contextos dos ensinos fundamental e médio.

Providenciar mecanismos para que os investimentos resultem em modificações dos programas de pós graduação relacionados com formação de profissionais da educação básica e dos cursos de Licenciatura.

Contribuir para que os programas que atualmente são estimulados com o uso de bolsas sejam incorporados pelas atividades regulares das universidades.

Providenciar mecanismos de interação com os sistemas de educação básica para que os mesmos possam incorporar as tecnologias desenvolvidas pelos programas da Capes.

Tendo em vista a criação, pós PNPG, de cursos de mestrado semipresenciais, recomenda-se ampla discussão sobre os cursos de pós-graduação à distância.

+ 9

Recomendações – RH Empresas

Considerando a importância da pós-graduação para a formação de pessoal com alta titulação, a Comissão de Acompanhamento recomenda que este tema seja retomado pelos atuais gestores da CAPES no sentido de definir metas e propor novas estratégias para os programas que tem inserção na área.

Para isso, pode contribuir a realização de reuniões com os pró-reitores de pesquisa e pós-graduação visando a montagem de estratégias adequadas.

É importante que sejam definidos indicadores que avaliem o apoio que os programas de Pós-Graduação podem oferecer às empresas em seus processos de inovação.

Da mesma forma, é importante desenvolver mecanismos que possibilitem avaliar a contribuição do sistema brasileiro de pós-graduação no desenvolvimento da inovação no Brasil.

Por fim, é fundamental apoiar a cooperação internacional em áreas da indústria e buscar a ligação de estudantes no exterior com centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas.

Recomendações – RH Programas Nacionais

A lista de temas abordados no PNPG 2011-2020 era muito detalhada e extensa e não poderia ter sido totalmente contemplada nesta fase inicial de sua implementação. Também é importante notar que diversos temas listados foram analisados com profundidade, mas mesmo estes temas eram reflexo da compreensão que a Comissão que elaborou o Plano tinhas das necessidades e desafios estratégicos do país, naquela ocasião.

Cumpre lembrar que o próprio PNPG sugeriu os mecanismos para lidar com o caráter dinâmico dos temas estratégicos, ao propor, por exemplo, a criação de uma Comissão de Acompanhamento de sua implementação e também o desenvolvimento de uma Agenda Nacional de Pesquisa.

Sugere-se a continuidade do financiamento das iniciativas já tomadas e a instituição de outras novas, tendo por base a dinâmica da ciência e as demandas da sociedade.

Recomendar, ainda, à Capes, a continuidade de iniciativas de caráter mais emergencial, para além dos tópicos elencados no PNPG.

Recomendações – Internacionalização

Desenvolver políticas que envolvam a ampliação do número de alunos e pesquisadores estrangeiros nos PPGs das universidades brasileira.

Dar continuidade a programas de internacionalização, aprimorando e focando nas IES e induzindo políticas de internacionalização mais abrangentes, institucionais, e não somente focadas em envio de alunos brasileiros ao exterior ou apenas na continuidade e prolongamento de parcerias individuais de pesquisadores ou pequenos grupos.

Prover as condições para maior domínio da língua inglesa por docentes, pesquisadores e alunos nas IES brasileiras e, por decorrência, oportunizar ambientes de ensino, pesquisa e convivência neste idioma.

Desenvolver mecanismos que permitam a inserção crescente das IES brasileira no contexto internacional, por meio: de apoio às parcerias institucionais internacionais estratégicas entre Universidades brasileiras e estrangeiras; suporte institucional para a mobilidade dos programas sanduíche; suporte e articulação institucional para a dupla titulação com Universidades estrangeiras; e, ampliação do número de editais para vinda de pesquisadores estrangeiros.

Manter o foco da internacionalização na busca constante da excelência acadêmica.

Desenvolver um **Plano de Internacionalização**, articulado entre as agências e os respectivos Ministérios, que contemple uma Estratégia Nacional de Internacionalização da CT&I e da Educação Superior, através da qual serão definidos aspectos relevantes no atual cenário, tais como: o estímulo às cooperações e redes entre IES nacionais e estrangeiras; a ampliação das duplas titulações internacionais; a identificação de formas de inclusão das áreas de humanidades e sociais aplicadas neste esforço e respectivo apoio no processo de internacionalização; a oferta de disciplinas e de cursos em inglês nas IES brasileira; a integração da relação sul-sul (América Latina e África); a inclusão de ações que atendam as demandas da área de inovação (como a interação universidade-empresa), etc.

Propor políticas para efetiva incorporação, nos setores acadêmicos e produtivos, dos alunos e pesquisadores beneficiados com bolsas no exterior, como, por exemplo, absorção seletiva de alunos e pesquisadores benificiários de projetos e editais internacionais de formação, cooperação e pesquisa.

Recomendações – Internacionalização

Estimular programas de modernização curricular da graduação, em consonância e integração com cenários internacionais.

Propor políticas para a atração de talentos (jovens pesquisadores e pesquisadores *seniors*), flexibilizando as políticas de contratação nas IES nacionais, em especial nas instituições públicas (concursos) e nos mecanismos de absorção de profissionais em termos trabalhistas, de acordo com a legislação brasileira, envolvendo o Ministério do Trabalho e o Itamarati (por exemplo, visando viabilizar editais de contratação de docentes internacionais).

Induzir que as IES desenvolvam Plano de Internacionalização abrangentes e que a solicitação ou habilitação a qualquer tipo de recurso ou apoio para internacionalização (incluindo bolsas para estudantes e pesquisadores, em todas as modalidades e apoio à projetos de pesquisa internacionais) sejam obrigatoriamente vinculadas à existência de um **Plano Institucional de Internacionalização**, aprovado internamente na respectiva IES.

Implantar a sistemática prevista na Resolução 3/2016 do CNE referente à revalidação e reconhecimento de diplomas obtidos no exterior.

Recomendar que as agências de fomento CAPES e CNPq, formulem um plano geopolítico para a pós-graduação brasileira, para ser levado diferenciadamente nos contextos regionais: da américa latina; da África e das demais regiões no mundo, estabelecendo – com o suporte do Ministério de Relações Exteriores – ações de ampla publicização e divulgação internacional em fóruns, reuniões, encontros multilaterais de governos e mídias diversas.

Com base em diagnóstico prévio, ampliar o apoio, em áreas específicas, aos doutorados plenos no exterior.

+ Propõe um conjunto de objetivos que deveriam nortear um projeto de internacionalização da pós-graduação brasileira.

Recomendações – Financiamento PG

O PNPG 2011-2020 traz metas audaciosas, mas não irreais, a partir da análise sobre o capítulo e a efetivação ou não das mesmas é fácil observar que os resultados atingidos deixam a mostra que o Brasil conta com um SNPG complexo e de qualidade.

Também fica a mostra a necessidade de se continuar perseguindo as metas do PNPG, o sucesso de tal empreitada só é possível tendo garantias de investimentos financeiros no SNPG, sobretudo em fomento e bolsas de estudo. De modo que recomenda-se aplicar os investimentos necessários para a efetivação das metas no PNPG e fortalecimento do sistema.

Outra recomendação é que a CAPES procure estimular nas demais agências o estabelecimento de metodologia unificada ou mais próxima de parametrização dos investimentos em pós-graduação, facilitando a aferição dos mesmos.

Cumpre juntar a essa avalição dados sobre os investimentos das FAPs e da Finep na pós-graduação.

Recomendações – Indução

- De forma geral, houve avanços consideráveis no financiamento das ações induzidas e os efeitos benéficos podem ser observados nos relatórios que analisam, por exemplo, o crescimento dos programas de pós-graduação, de forma geral, e em novas áreas do conhecimento, de forma mais específica. O mecanismo que atrelou o financiamento das ações por meio da concessão de bolsas, em suas diversas modalidades, e recursos para fomento, foi importante para promover o crescimento de áreas específicas, estratégicas e de interesse do país. Este foi, certamente, o papel importante prestado por estes programas.
- No período compreendido entre 2011 e 2015, registra-se o crescimento das ações de indução, com maior concentração entre 2011 e 2014, momento em que a CAPES registra forte incremento em seu orçamento.
- Quanto aos resultados alcançados, é inegável a importância do apoio da CAPES, isoladamente ou por meio de parcerias, para a expansão de áreas do conhecimento tais como defesa, ciências do mar, parasitologia, toxicologia, cultura e na pesquisa em saúde, entre outras. A lógica que justifica tais ações informa sobre a necessidade de um investimento inicial, de forma a fazer com que a pesquisa consiga formar recursos humanos que possam, já em um curto prazo, ter condições de avançar de forma autônoma e inercial.
- Contudo, a partir do ano de 2015, as ações estratégicas observaram uma desarticulação, com o encerramento de vários editais e a diminuição de recursos financeiros para outros. Embora tenha havido um esforço, por parte da Diretoria de Programas da CAPES, a fim de manter as ações já iniciadas, várias delas deixaram de ser apoiadas em razão do contingenciamento de recursos financeiros destinados aos programas no país.
- Considerando o cenário acima, nossa recomendação é que seja procedida uma avaliação dos programas de indução sob responsabilidade da área estratégica da CAPES, de modo a verificar quais ações seriam merecedoras de continuidade.

Próximas Ações

2017/2

Apresentar o Relatório 2016/2017 no Conselho Superior da Capes e à comunidade acadêmica nacional (Fóruns de Reitores, FOPROP e Universidades).

2017/2 - 2018/1

Analisar a atuação da Comissão no contexto do Plano Nacional de Pesquisa e contribuições relacionadas, no âmbito do CGEE e do MCTIC.

2018

Analisar a evolução do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 e, com base no que foi realizado até o final do ano de 2017, apresentar as projeções e recomendações para o período final de vigência do PNPG (2019 e 2020).

Obrigado!